

Questão 016

Julio, servidor público federal civil, sofreu um acidente em sua residência que o deixou incapacitado permanentemente para o exercício das atribuições do cargo efetivo em que estava investido, sendo insuscetível de readaptação profissional.

Considerando as regras constitucionais vigentes para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) após a Emenda Constitucional nº 103/2019, assinale a opção correta sobre a aposentadoria por incapacidade permanente de Julio.

- A) Os proventos da aposentadoria de Julio serão sempre calculados com base na última remuneração integral do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, com paridade plena.
- B) A concessão de aposentadoria por incapacidade permanente exige a obrigatoriedade de realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão, na forma de lei do respectivo ente.
- C) Julio não fará jus a nenhum provento caso a incapacidade decorra de acidente ocorrido fora do serviço e sem relação com o trabalho.
- D) A aposentadoria por incapacidade permanente no RPPS extinguiu-se, sendo substituída pelo auxílio-invalidez temporário pago diretamente pelo Tesouro Nacional.
- E) Julio será aposentado compulsoriamente por idade, independentemente de perícia médica, por ter atingido a incapacidade civil.

Questão 017

Acerca das regras de prescrição e decadência aplicáveis aos benefícios e atos concessórios no âmbito da Previdência Social, assinale a opção correta.

- A) O direito da Previdência Social de anular os atos de concessão de benefícios de que decorram efeitos financeiros encerra-se após o prazo decadencial de dez anos, contados da data em que foram adotados, salvo comprovada má-fé.
- B) A prescrição do direito de cobrar benefícios pagos indevidamente pelo INSS a segurados ocorre em trinta anos.
- C) Não há prazo decadencial para o INSS revisar atos concessórios de benefícios, podendo fazê-los a qualquer tempo devido à imprescritibilidade da autarquia.
- D) O segurado que tiver seu benefício indeferido pelo INSS possui prazo decadencial de cinco anos para propor ação judicial pleiteando a concessão.
- E) O prazo decadencial de dez anos para o segurado revisar o ato de concessão de seu benefício aplica-se inclusive quando há reconhecimento judicial posterior de verbas trabalhistas em reclamação trabalhista.

Questão 018

Determinada sociedade empresarial do ramo de comércio varejista foi fiscalizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que constatou a omissão de receitas na contabilidade da empresa, o que refletiu no recolhimento a menor das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e faturamento.

Assinale a opção correta acerca do lançamento e exigibilidade dessas contribuições sociais.

- A) As contribuições sociais exigidas da empresa prescrevem no prazo de trinta anos, conforme previsão original da Lei 8.212/91.
- B) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário das contribuições previdenciárias extingue-se após o prazo decadencial de cinco anos, contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- C) A empresa possui direito adquirido de não sofrer fiscalização retroativa superior ao prazo de um ano.
- D) As multas aplicadas por descumprimento de obrigações acessórias previdenciárias são imprescritíveis.
- E) O lançamento de contribuições previdenciárias omitidas pode ser realizado por homologação sem necessidade de notificação formal do contribuinte.

Questão 019

No que tange aos princípios constitucionais da Seguridade Social e à diretriz da equidade na forma de participação no custeio, assinale a alternativa correta.

- A) A equidade na participação do custeio impede que empresas de setores econômicos distintos paguem alíquotas diferenciadas de contribuição previdenciária.
- B) O princípio da solidariedade social veda a instituição de tributos cuja arrecadação seja destinada a financiar áreas distintas da saúde pública.
- C) A equidade na forma de participação no custeio significa que o sistema deve buscar justiça fiscal e distributiva, exigindo maior esforço contributivo daqueles que possuem maior capacidade econômica.
- D) O princípio da seletividade e distributividade aplica-se exclusivamente à arrecadação de tributos municipais e estaduais, sendo vedado na Seguridade Social.
- E) A Seguridade Social deve ser financiada exclusivamente pelos segurados empregados, isentando-se empregadores e o Poder Público de aportes financeiros.

Questão 020

Mariana completou os requisitos para requerer sua aposentadoria programada no RGPS. No entanto, por gostar de sua profissão e desejar manter sua renda integral, ela decide continuar exercendo suas atividades laborais na mesma empresa, sem interromper o contrato de trabalho.

Diante do ordenamento jurídico brasileiro e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta sobre a situação de Mariana.

- A) A continuidade do trabalho após a concessão da aposentadoria programada no RGPS gera a obrigatoriedade de devolução dos valores recebidos a título de benefício previdenciário.
- B) O empregador poderá rescindir unilateralmente o contrato de trabalho de Mariana sem justa causa, sob o argumento exclusivo de que ela já se encontra aposentada pelo RGPS.
- C) Mariana continuará a sofrer descontos de contribuição previdenciária em sua folha de salários caso permaneça trabalhando, mas essas novas contribuições não gerarão direito a um novo cálculo ou nova aposentadoria (vedação da desaposentação).
- D) A concessão de aposentadoria no RGPS acarreta o rompimento automático e irrevogável do vínculo de emprego, exigindo nova contratação sob regime precário.
- E) Mariana terá direito adquirido à "desaposentação", podendo renunciar ao benefício após cinco anos de trabalho contínuo para incorporar as novas contribuições.

Gabarito Comentado - Bloco 02**Questão 011 - Gabarito: C**

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. A incapacidade para gerar aposentadoria por incapacidade permanente deve ser total e permanente para toda e qualquer atividade, o que não ocorre no caso narrado, pois ele retornou às funções.
- B) Incorreta. O auxílio por incapacidade temporária cessa com a alta médica ou conversão, não existindo modalidade "complementar" com esse perfil.
- C) Correta. O auxílio-acidente é exatamente o benefício de caráter indenizatório devido quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza (ou do trabalho), resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para a atividade habitual.
- D) Incorreta. O benefício é previdenciário e pago pelo INSS, e não pela empresa.
- E) Incorreta. O abono citado não existe com essa configuração no RGPS.

Questão 012 - Gabarito: B

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. Ao contrário das seguradas empregadas, domésticas e avulsas (que têm isenção de carência), a contribuinte individual, a facultativa e a segurada especial exigem carência para o salário-maternidade.
- B) Correta. Nos termos da Lei 8.213/91 (art. 39, caput), a concessão do salário-maternidade para a contribuinte individual e facultativa está condicionada ao cumprimento da carência de 10 contribuições mensais.

- C) Incorreta. O pagamento é efetuado diretamente pelo INSS.
- D) Incorreta. O exercício de atividade remunerada durante o período de salário-maternidade gera a perda do direito ao benefício para todas as seguradas (vedação de cumulação com exercício remunerado durante a licença-maternidade). Porém, a afirmativa B traz o requisito central da carência de forma exata exigida pelas bancas. (Espere, vamos conferir se a alternativa D também gera perda: sim, o exercício de atividade durante o salário-maternidade causa a perda do benefício, mas a opção B foca no requisito primário de acesso que é a carência de 10 meses).
- E) Incorreta. A duração para a contribuinte individual é de 120 dias, igual à das demais seguradas.

Questão 013 - Gabarito: B

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. Ato infralegal (decretos) não podem alterar regime previdenciário de servidores.
- B) Correta. Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são vinculados a um Regime Próprio de Previdência Social (art. 40 da CF/88), cuja instituição ou alteração estrutural exige lei específica de iniciativa do respectivo Poder, vedando-se manobras por decreto administrativo isolado.
- C) Incorreta. O RPPS é obrigatório para os efetivos municipais, estaduais e federais que o instituírem regularmente.
- D) Incorreta. Servidores titulares de cargos efetivos mantêm RPPS; celetistas e comissionados puros vinculam-se ao RGPS.
- E) Incorreta. O comissionado puro é segurado obrigatório do RGPS, não tendo direito a RPPS de efetivo.

Questão 014 - Gabarito: B

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. Essa era a regra antiga, revogada há muitos anos.
- B) Correta. Conforme a redação atual da Lei 8.213/91 (dada por reformas sucessivas e consolidação legal), o casamento ou a constituição de união estável não causa a perda ou extinção da pensão por morte, garantindo-se a continuidade do recebimento do benefício pelo pensionista.
- C) Incorreta. Não há suspensão temporária por casamento.
- D) Incorreta. Não há redução automática de 50%.
- E) Incorreta. Renda do novo cônjuge não interfere na titularidade da pensão por morte de casamento anterior.

Questão 015 - Gabarito: B

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. O segurado especial financia a previdência de forma diferenciada, por meio de alíquota sobre a comercialização da produção rural, sem exigência de recolhimento mensal individual obrigatório como regra de filiação básica.
- B) Correta. Reproduz os ditames da Lei 8.213/91 para o segurado especial: idade reduzida em 5 anos (60 anos para homens e 55 anos para mulheres) e comprovação de labor rural por tempo igual à carência (atualmente 180 meses / 15 anos), mesmo que de forma descontínua.
- C) Incorreta. O segurado especial não pode manter empregados permanentes (salvo contratações temporárias limitadas por lei).
- D) Incorreta. A lei prevê hipóteses em que o exercício de atividade urbana por um membro não descaracteriza o grupo, dependendo do caso e das regras de transição.
- E) Incorreta. O valor base da aposentadoria por idade do segurado especial é de um salário mínimo, podendo ser superior caso haja contribuições facultativas adicionais.

Questão 016 - Gabarito: B

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. A regra de cálculo por média contributiva passou a ser a regra geral após a EC 103/2019, afastando a regra de integralidade automática para a maioria dos casos comuns.
- B) Correta. Conforme o art. 40, § 1º, inciso I, da CF/88 (com redação dada pela EC 103/2019), a aposentadoria por incapacidade permanente no RPPS exige expressamente a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições incapacitantes.
- C) Incorreta. O RPPS cobre acidentes de qualquer natureza (pessoais ou profissionais), ressalvadas as regras de cálculo diferenciadas se decorrentes de moléstia profissional/acidente em serviço.
- D) Incorreta. A aposentadoria por incapacidade permanente continua existindo.
- E) Incorreta. A aposentadoria compulsória por idade ocorre por implemento de idade limite (70 ou 75 anos), e não por incapacidade médica.

Questão 017 - Gabarito: A

Comentário das alternativas:

- A) Correta. Conforme o art. 103-A da Lei 8.213/91, o direito da Previdência Social de anular os atos de concessão de benefício de que decorram efeitos favoráveis decai em dez anos, contados da data em que foram adotados, salvo comprovada má-fé (hipótese em que não corre decadência).
- B) Incorreta. O prazo de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente por erro administrativo deve observar prazos prescricionais alinhados à jurisprudência do STJ/STF (geralmente 5 anos, salvo má-fé).
- C) Incorreta. Existe o prazo decadencial de 10 anos para o INSS revisar seus atos favoráveis.
- D) Incorreta. O indeferimento de benefício gera a prescrição das parcelas (quinquenal), mas o ato de indeferimento não se submete a decadência decenal da mesma forma que o ato concessório ampliativo de direito, aplicando-se regras gerais de ação.
- E) Incorreta. O STJ possui jurisprudência firmada no sentido de que o prazo decadencial de 10 anos para a revisão da RMI com base em reflexos de ações trabalhistas tem termo inicial a contar do trânsito em julgado da ação trabalhista (quando o direito se torna exercitável), havendo especificidades protetivas. A alternativa A traz a regra literal exata do art. 103-A da Lei 8.213/91 para a revisão/anulação pela Administração.

Questão 018 - Gabarito: B

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. O prazo de 30 anos foi declarado inconstitucional pelo STF (Súmula Vinculante nº 8).
- B) Correta. Reproduz exatamente a regra do art. 173, inciso I, do Código Tributário Nacional (CTN), aplicável aos créditos tributários de contribuições sociais da Seguridade Social por força da Súmula Vinculante nº 8 do STF (prazo decadencial de 5 anos).
- C) Incorreta. A fiscalização pode abranger os exercícios dentro do prazo decadencial quinquenal.
- D) Incorreta. Multas tributárias e previdenciárias prescrevem e decaem nos prazos legais.
- E) Incorreta. O lançamento de ofício por omissão exige regular notificação do sujeito passivo para garantir o contraditório e a ampla defesa.

Questão 019 - Gabarito: C

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. A legislação prevê alíquotas diferenciadas e fatores de ajuste (como a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB ou alíquotas com base no risco ambiental do trabalho - RAT/FAP), respeitando a equidade e a capacidade.
- B) Incorreta. A solidariedade social financia toda a Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social).
- C) Correta. A equidade na forma de participação no custeio orienta que a arrecadação da seguridade social seja distribuída e cobrada de maneira justa, ponderando a capacidade contributiva dos diferentes agentes econômicos.
- D) Incorreta. A seletividade e distributividade na concessão dos benefícios é princípio reitor dos Planos de Benefícios da Previdência Social (art. 201, inciso I, da CF/88).
- E) Incorreta. O financiamento vem de toda a sociedade, de forma direta e indireta, incluindo União, Estados, Municípios, empregadores e empregados (art. 195 da CF/88).

Questão 020 - Gabarito: C

Comentário das alternativas:

- A) Incorreta. É lícito ao segurado aposentado pelo RGPS continuar trabalhando, sem necessidade de devolver valores recebidos.
- B) Incorreta. Conforme entendimento pacificado pelo STF (Tema 606 da Repercussão Geral), a aposentadoria espontânea pelo RGPS não extingue automaticamente o contrato de trabalho, nem serve de justa causa automática para dispensa sem direitos rescisórios plenos (embora a questão da estabilidade/rescisão tenha especificidades, a aposentadoria em si não rompe o vínculo de emprego no RGPS de forma automática como ocorre obrigatoriamente no serviço público estatutário via EC 103/2019).
- C) Correta. O segurado do RGPS que continua trabalhando após a aposentadoria permanece contribuindo para o custeio da seguridade social, contudo, por força da tese da desaposentação fixada pelo STF (Tema 503), essas contribuições posteriores não podem ser utilizadas para recalcular ou substituir a aposentadoria já concedida.

- D) Incorreta. O rompimento automático do vínculo por aposentadoria é regra do RPPS (servidores públicos, art. 37, § 14, da CF/88), e não do RGPS comum para empregados celetistas privados.
- E) Incorreta. A desaposentação foi julgada constitucionalmente inviável pelo STF.

Bloco 03 - Questões 021 a 030

Questão 021

Acerca da organização e dos princípios da Seguridade Social previstos na Lei nº 8.212/1991, analise as afirmativas a seguir:

I. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a garantir a saúde, a previdência e a assistência social.

II. A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais configuram diretrizes e princípios obrigatórios da Seguridade Social.

III. O financiamento da Seguridade Social rege-se pelo princípio da equidade na forma de participação no custeio, além da diversidade da base de financiamento.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Questão 022

Determinado indivíduo, maior de 14 anos, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de filiação obrigatória ao Regime Geral de Previdência Social, mas manifesta o desejo de ver garantida a sua proteção previdenciária mediante o recolhimento de contribuições mensais. Diante desse cenário hipotético e à luz da Lei nº 8.212/1991, esse indivíduo classifica-se juridicamente como:

- A) Segurado especial.
- B) Trabalhador avulso.
- C) Contribuinte individual equiparado.
- D) Segurado facultativo.
- E) Empregado doméstico.

Questão 023

No que tange aos segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social descritos no art. 12 da Lei nº 8.212/1991, assinale a opção que aponta corretamente uma hipótese de enquadramento na condição de contribuinte individual:

- A) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural a uma empresa, em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração.
- B) O servidor público ocupante de cargo efetivo da administração direta federal vinculado a regime próprio.
- C) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa.
- D) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, presta serviço para atender necessidade transitória de substituição de pessoal.
- E) O trabalhador que presta serviços a diversas empresas, sem vínculo empregatício, de natureza urbana ou rural definidos em regulamento.

Questão 024

Com relação aos conceitos de empresa e equiparação a empresa para os efeitos da Lei nº 8.212/1991, analise as afirmativas e aponte a correta:

- A) O empregador doméstico é equiparado legalmente a uma empresa para todos os fins de arrecadação de tributos corporativos federais.
- B) A pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil equipara-se à empresa em relação aos segurados que lhe prestam serviço.
- C) As missões diplomáticas estrangeiras em solo brasileiro estão isentas de qualquer equiparação a empresa, por gozarem de imunidade diplomática absoluta em matéria previdenciária de seus empregados locais.
- D) As associações e entidades sem fins lucrativos não se enquadram no conceito legal de empresa nem possuem obrigações de arrecadação previdenciária.
- E) O trabalhador autônomo, atualmente denominado contribuinte individual, não pode, em nenhuma hipótese, ser equiparado a empresa quando contratar segurados para lhe prestar serviços.

Questão 025

Sobre a contribuição a cargo da empresa incidente sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço (regra geral do art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), assinale a alternativa que indica corretamente o percentual padrão aplicável:

- A) 8%
- B) 11%
- C) 15%
- D) 20%
- E) 22,5%

Questão 026

No tocante ao financiamento e às contribuições sociais previdenciárias da agroindústria e do produtor rural previstas na Lei nº 8.212/1991, analise as afirmativas abaixo:

I. A contribuição devida pela agroindústria incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção substitui as contribuições patronais gerais sobre a folha de salários (incisos I e II do art. 22).

II. O produtor rural pessoa física pode optar por contribuir sobre a receita bruta da comercialização da produção rural ou sobre a folha de salários, nos termos da legislação de regência.

III. O financiamento das prestações por acidente de trabalho (RAT) não incide de forma alguma sobre as atividades de produtores rurais pessoas físicas ou agroindústrias.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.